

Carlos Menandro



As bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste reuniram-se com os governadores de seus estados

Cabral acolhe sugestões de sindicalistas

A reunião de ontem do relator da Comissão de Sistematização deputado Bernardo Cabral, com cerca de 60 sindicalistas, entre eles o presidente da CUT, Jair Meneghelli, resultou o compromisso, por parte daquele constituinte, de acolher em seu substitutivo a garantia do ensino público gratuito e a elevação do percentual da aplicação do orçamento pelo Governo Federal em educação, de 13% para 18%, permanecendo o dos Estados e municípios em 25%. A defesa destes princípios foi feita pelo presidente da Andes, Newton Lima.

Cabral aceitou, ainda, a reivindicação dos sindicalistas de não mais condicionar a aposentadoria — 35 anos para os homens e 30 para as mulheres — "A idade mínima de 53 anos para aqueles e 48 para estas. A dupla jornada de trabalho para as mulheres e a circunstância de ser comum o trabalhador iniciar a contribuição para a Previdência ainda menor foram pontos que o relator admitiu como válidos para acatar as reivindicações que lhe foram feitas.

Com relação à estabilidade no emprego, mas que, segundo Cabral, prossegue polêmico e delicado, continuarão as negociações diretamente com o deputado Luís Inácio Lula da Silva, presidente do PT também presente ao encontro de ontem. Outro ponto levado à consideração do relator e por ele anotado para posterior decisão, possivelmente de hoje para amanhã: a possibilidade de os sindicatos serem investidos da prerrogativa de representação judicial ao emprego em defesa de direitos sistematicamente desrespeitados, sendo citado como exemplo não pagamento de horas extras devidas, pela empresa.

Bancadas querem apoio de SP para o repasse

As bancadas das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste na Assembléia Nacional Constituinte vão votar favoravelmente à emenda que eleva de 60 para 80 o número de deputados eleitos pelo Estado de São Paulo, em troca do apoio dos constituintes deste Estado à elevação do percentual do Fundo Especial destinado àquelas regiões, de 2% para 3%.



A proposta de barganha que será feita a São Paulo foi revelada ontem pelo deputado Jalles Fontoura (PFL-GO), durante a reunião que as bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste mantiveram no restaurante da Câmara Federal com os governadores de seus estados para discutir a estratégia de aprovação das emendas que visam fortalecer as finanças dos estados e municípios.

Além do aumento das transferências da arrecadação do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados de 2% para 3%, especificamente para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o deputado Firmo de Castro (PMDB-CE) encarregado de fazer uma exposição das conquistas dos Estados e Municípios, propõe a inclusão, no texto constitucional, da obrigatoriedade de os orçamentos fiscal e de investimentos das estatais passarem a ter a função de reduzir as desigualdades regionais tomando como critério a densidade proporcional. Calcula-se que, com esta previdência, os orçamentos públicos deverão contemplar as três regiões com 40% do seu total.

Impostos

Outra conquista das bancadas das três regiões, composta por 292 constituintes foi acrescer à receita do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM), a arrecadação do Imposto sobre Minerais e do Imposto sobre Lubrificantes

Líquidos e Gasosos. Isto sem contar que os estados também passam a arrecadar o Imposto sobre Serviços (ISS), que até hoje é de competência dos municípios, e a criação do Imposto sobre Herança.

Em uma discussão que se travou desde a instalação da Constituinte, dividiu as bancadas e parece que já está definitivamente superada, os governadores defendiam a tese de que o Fundo Especial deveria ser repassado diretamente aos estados, mas venceu a tese de que ele deve ser aplicado através das instituições financeiras regionais, tipo Banco da Amazônia e Banco do Nordeste, que farão aplicações visando diminuir as desigualdades regionais e preferencialmente em pequenas, médias e microempresas.

Tal dispositivo, além de afastar o risco de utilização dos recursos segundo critérios políticos, representa uma injeção forte de recursos nestes organismos regionais de crédito, possibilitando a sua capitalização.

Prefeitos já prometem nova marcha cívica

Ubatuba — Os municípios querem manter a participação conseguida até aqui na Assembléia Nacional Constituinte e prepararam-se para uma nova marcha a Brasília, ainda sem data marcada. Essa disposição ficou bem clara ontem, durante a abertura do 312º Congresso Estadual de Municípios, em Ubatuba. Para o dia 24, a Frente Municipalista Nacional já programou a assembleia em Brasília e pode ser o início da nova movimentação.

Mesmo assim, o governador Orestes Quércia de São Paulo, que também é o presidente da FMN, lembrou que "é necessário conseguir alguma coisa já", e citou o Imposto sobre Transportes Rodoviários, criado há dois anos e que até agora não teve qualquer verba às prefeituras.

Quércia participou da abertura do encontro municipalista e destacou em seu discurso que "é muito grave que as autoridades do Governo Federal queiram diminuir a participação conseguida no anteprojeto apresentado por Bernardo Cabral. O que conseguimos não caiu do céu. Foi fruto das intensas mobilizações dos municipalistas, em todas as marchas, em todos os congressos que participamos. Portanto, não podemos abrir mão de nada".

Justificando essa sua tese, Orestes Quércia afirmou que o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, já recebeu uma proposta "que representa evolução". Ele se referia às reivindicações dos municipalistas, de transportes do sistema de Governo do País, dando ênfase especial ao Governo local. "Na medida em que as prefeituras tiverem mais recursos, poderão assumir novos encargos".

O governador acha também que, num país de dimensão territorial como o Brasil, a melhor forma de Governo é a da descentralização administrativa. "Nosso País viveu uma fase de autoritarismo, que levou à concentração de recursos no Governo Federal. Infelizmente essa mentalidade ainda predomina e querem forçar a continuidade desse centralismo, que é antidemocrático".

Prisco prevê término da Constituinte em 88

Onze de janeiro de 1988. É esta a data prevista para a sessão solene para promulgação da Constituição. A previsão é do deputado Prisco Viana (PMDB-BA), amigo presidente José Sarney e ex-secretário-geral do PDS, quando Sarney era presidente do partido. Conhecido pela meticulosidade com que elabora organogramas de trabalho, Prisco é apontado como um dos maiores especialistas em técnica legislativa do Congresso Nacional, dificilmente errando nas previsões que faz.

De acordo com o calendário de Prisco Viana, na próxima sexta-feira, 18 de setembro, será entregue o segundo substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral. Dia 19, publicação do substitutivo. Dia 20, substitutivo será distribuído. No dia 23 de setembro, divulgação e ordenamento dos destaques das emendas. Dia 24, início da votação da Comissão de Sistematização.

Dia 8 de outubro, término da votação na Comissão de Sistematização. Dia 10 de outubro, impressão dos avulsos. Dia 11 de outubro, distribuição dos avulsos e início da discussão do projeto de Constituição em plenário. A partir dessa data, Prisco Viana, prevê que, com todos os destaques das emendas a discussão e votação em plenário se estenderá por 90 dias.

A data se choça com a previsão do presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para o qual a data ideal para a promulgação da Constituição Brasileira continua sendo 15 de novembro de 1987, quando será comemorado o 98º aniversário da Proclamação da República. A apresentação de destaques para as emendas, deve também retardar bastante os prazos previstos para a Constituinte. Até ontem, haviam sido distribuídos cerca de 20 mil formulários para apresentação de destaques das emendas.

Votação começa dia 24

A Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte iniciará a votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral no dia 24, estendendo-se até o dia 8 de outubro, mas, até ontem à tarde, ainda não haviam sido fixados os critérios a serem seguidos. Por enquanto, apenas se sabe que a votação se processará por títulos e capítulos, o que levou ontem alguns constituintes a levantarem questões de ordem para saber a ordem de votação desses destaques. O destaque é um procedimento regimental, pelo qual determinando dispositivo de um artigo é votado isoladamente, para rejeição, aprovação ou supressão de palavras.

A Comissão de Sistematização também não definiu o procedimento a ser cumprido durante a discussão do novo substitutivo e por isso, o presidente da Comissão Afonso Arinos, criou um grupo for-

mado pelos deputados Carlos Sant'Anna e Aluizio Campos e pelo senador José Fogaça para oferecer sugestões a respeito.

Definição

Ainda na reunião de ontem à tarde, o deputado José Genoíno levantou questão de ordem para pedir uma definição a respeito da questão da prejudicialidade de emendas, sempre que uma outra de conteúdo do diferente, mas versando sobre o mesmo assunto, já tiver sido aprovada ou rejeitada. A Mesa-Diretora da Comissão, presidida no momento pelo deputado Aluizio Campos informou que a decisão final sobre o tema será anunciada amanhã pelo senador Afonso Arinos.

Na votação dos destaques poderão encaminhar a matéria dois constituintes a favor e dois contra, todos membros da Comissão, durante cinco minutos, tendo preferência o autor do destaque, mesmo não sendo membro da Comissão.